Ao Banco Central do Brasil,

Referente: CARTA DE APRESENTAÇÃO

A **Planner Sociedade de Crédito ao Microempreendedor S.A.** inscrita no CNPJ/MF sob o nº **05.684.234/0001-19**, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, apresenta por meio desta, as demonstrações financeiras para o **semestre** findo em **30 de junho de 2022**, e os esclarecimentos requeridos conforme disposto na Instrução Normativa BCB n° 54, de 16 de dezembro de 2020**.**

1. Encontram-se em arquivo anexo os seguintes documentos:

- Relatório da Administração;
- Relatório dos Auditores Independentes;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.

2. Informamos que as demonstrações financeiras acima mencionadas foram publicadas no dia **10 de outubro de 2022** no sítio eletrônico: **https://www.planner.com.br/compliance/**

3. Por fim cumpre salientar que a alta administração da **Planner Sociedade de Crédito ao Microempreendedor S.A.** é responsável pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo, e, por consequência, pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção.

Atenciosamente,

DOUGLAS CONSTANTINO FERREIRA:29559175831 Assinado de forma digital por DOUGLAS CONSTANTINO FERREIRA:29559175831 Dados: 2022.10.11 09:55:31 -03'00'

DOUGLAS C. FERREIRA
Diretor de Contabilidade

REINALDO DANTAS:76895599800 Assinado de forma digital por REINALDO DANTAS:76895599800 Dados: 2022.10.10 15:10:57 -03'00'

REINALDO DANTAS
Contador CRC-1SP110330/O-6

PLANNER SOCIEDADE DE CRÉDITO AO MICROEMPREENDEDOR S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis da **Planner Sociedade de Crédito ao Microempreendedor S.A.**, acompanhadas das notas explicativas e do relatório do auditor independente, correspondentes ao semestre findo em 30 de junho de 2022.

O **resultado** do semestre findo em 30 de junho de 2022 foi **lucro** de **R$ 158 mil**.

Gerenciamentos de Riscos e de Capital: em cumprimento às disposições regulatórias dispostas nas Resoluções números 4.557/17 e 2.554/98, publicadas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, **a Sociedade** mantém uma estrutura de gerenciamento de riscos e gestão de capital.

Em 30 de junho de 2022, os limites operacionais **da Sociedade**, apresentaram níveis adequados e suficientes, sendo compatíveis com a natureza de suas operações.

A DIRETORIA

Veneziani
AUDITORES INDEPENDENTES

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Senhores - Diretores e Acionistas da
PLANNER SOCIEDADE DE CRÉDITO AO MICROEMPREENDEDOR S.A.
São Paulo SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **PLANNER SOCIEDADE DE CRÉDITO AO MICROEMPREENDEDOR S.A.** ("Sociedade") que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **PLANNER SOCIEDADE DE CRÉDITO AO MICROEMPREENDEDOR S.A.** em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil- BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para o saldo de R$ 158 mil, descrito na nota explicativa no. 06 - Operação de Créditos, cuja operação não foi liquidada até 30 de junho de 2022.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais de deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de setembro de 2022.

VENEZIANI AUDITORES INDEPENDENTES
CRC 2SP13744/O-1

ALCINDO TAKACHI ITIKAWA:53005139891
Assinado de forma digital por ALCINDO TAKACHI ITIKAWA:53005139891
Dados: 2022.10.06 09:40:36 -03'00'

ALCINDO TAKACHI ITIKAWA
CONTADOR CRC 1SP088652/O-9

PLANNER SOCIEDADE DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR S.A.

CNPJ(MF) 05.684.234/0001-19

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021

Valores em R$ 1.000

A T I V O	NE	30/06/22	31/12/21
CIRCULANTE		**2.299**	**5.886**
DISPONIBILIDADES	**4**	**424**	**23**
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		**1.721**	**5.791**
Títulos e valores mobiliários	**5**	1.563	5.791
Operações de crédito	**6**	158	-
OUTROS ATIVOS		**154**	**72**
Outros créditos - Diversos		154	72
TOTAL DO ATIVO		**2.299**	**5.886**

PLANNER SOCIEDADE DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR S.A.

CNPJ(MF) 05.684.234/0001-19

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 — Valores em R$ 1.000

P A S S I V O	NE	30/06/22	31/12/21
CIRCULANTE		**619**	**4.364**
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		**202**	**4.211**
Depósitos	**7**	202	4.003
Negociação e intermediação de valores		-	208
OUTROS PASSIVOS		**417**	**153**
Sociais e estatutárias		47	47
Fiscais e previdenciárias		350	91
Diversas		20	15
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**1.680**	**1.522**
Capital:	**8.1**	1.100	1.100
De Domiciliados no país		1.100	1.100
Reservas de lucros	**8.2**	422	422
Lucros acumulados		158	-
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**2.299**	**5.886**

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS
Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PLANNER SOCIEDADE DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR S.A.

CNPJ(MF) 05.684.234/0001-19

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

Valores em R$ 1.000

	NE	30/06/22	30/06/21
RECEITAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**158**	**(61)**
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		158	(61)
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**(5)**	**-**
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa		(5)	-
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**153**	**(61)**
OUTRAS RECEITAS/ DESPESAS OPERACIONAIS		**79**	**132**
Receitas de prestação de serviços	**9**	774	435
Outras despesas administrativas	**10**	(578)	(299)
Despesas tributárias	**11**	(81)	(44)
Outras receitas operacionais		2	40
Outras despesas operacionais		(38)	-
RESULTADO OPERACIONAL		**232**	**71**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		**-**	**-**
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		**232**	**71**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**14**	**(74)**	**(47)**
Provisão para imposto de renda		(42)	(25)
Provisão para contribuição Social		(32)	(22)
LUCRO LÍQUIDO DOS SEMESTRES		**158**	**24**

Nº de ações .....:	**1.100.000**	**1.100.000**
Lucro por ação.....R$	**0,14**	**0,02**

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS

Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PLANNER SOCIEDADE DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR S.A.

CNPJ(MF) 05.684.234/0001-19

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

Valores em R$ 1.000

	30/06/22	30/06/21
RESULTADO LÍQUIDO DOS SEMESTRES	**158**	**24**
RESULTADO ABRANGENTE	**-**	**-**
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	**158**	**24**

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS

Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PLANNER SOCIEDADE DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR S.A.

CNPJ(MF) 05.684.234/0001-19

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

Valores em R$ 1.000

Semestre de 01/01/22 a 30/06/22	CAPITAL REALIZADO	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESPECIAIS DE LUCROS	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	T O T A L
SALDOS NO INÍCIO DO SEMESTRE EM 01/01/22	1.100	40	382	-	1.522
Lucro líquido do semestre	-	-	-	158	158
SALDOS NO FIM DO SEMESTRE EM 30/06/22	1.100	40	382	158	1.680
MUTAÇÕES DO SEMESTRE:	-	-	-	158	158

Semestre de 01/01/21 a 30/06/21	CAPITAL REALIZADO	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESPECIAIS DE LUCROS	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	T O T A L
SALDOS NO INÍCIO DO SEMESTRE EM 01/01/21	1.100	30	239	-	1.369
Lucro líquido do semestre	-	-	-	24	24
SALDOS NO FIM DO SEMESTRE EM 30/06/21	1.100	30	239	24	1.393
MUTAÇÕES DO SEMESTRE:	-	-	-	24	24

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS
Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PLANNER SOCIEDADE DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR S.A.

CNPJ(MF) 05.684.234/0001-19

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Método Indireto)

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

Valores em R$ 1.000

	1º-SEM-22	1º-SEM-21
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido dos semestres	**158**	**24**
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	5	-
Provisão de impostos no resultado	74	47
	237	71
Variação de Ativos e Obrigações	164	(121)
(Aumento) redução em instrumentos financeiros ativos	4.070	9
(Aumento) redução de outros ativos	(87)	6
Aumento (redução) em instrumentos financeiros passivos	(4.009)	-
Aumento (redução) em outros passivos	225	(23)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(35)	(113)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**401**	**(50)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**401**	**(50)**
Caixa e equivalentes de caixa no início dos semestres	23	101
Caixa e equivalentes de caixa no fim dos semestres	424	51

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS

Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Planner Sociedade de Crédito ao Microempreendedor S.A. ("Sociedade"), sociedade anônima de capital fechado, constituída em 31 de outubro de 2002, sendo autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 21 de março de 2003, localizada à Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3900, 10º andar, Condomínio Edifício Pedro Mariz, B31, na cidade e estado de São Paulo, tem por objetivo conceder financiamentos e prestar garantias a pessoas físicas, a fim de viabilizar empreendimentos de natureza profissional, comercial e industrial, de pequeno porte, e a pessoas jurídicas classificadas como microempresas na forma da legislação e regulamentação em vigor.

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, Lei 6.404/76 alterada pela Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, além das normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Foram adotados para fins de divulgação os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) recepcionados pelos órgãos reguladores relacionados ao processo de convergência contábil internacional que não conflitam com a regulamentação do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN) e estão substanciados no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Para fins de divulgação dessas demonstrações financeiras, foi considerada a Resolução BACEN nº 2 de 12 de agosto de 2020 onde foi acrescentada nas demonstrações financeiras da Instituição a Demonstração do Resultado Abrangente.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 10 de outubro de 2022.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a. Apuração de resultado

O regime de apuração do resultado é o de competência.

b. Instrumentos financeiros

Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil (BACEN) e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação pela Administração em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- **Títulos para negociação:** adquiridos com o objetivo de serem ativa e, frequentemente, negociados, são ajustados pelo valor de mercado, em contrapartida ao resultado do período;
- **Títulos disponíveis para venda:** que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento, são ajustados ao valor de mercado em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e
- **Títulos mantidos até o vencimento:** adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados, pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

c. Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo valor de realização, incluindo quando aplicável, as variações monetárias, bem como os rendimentos auferidos até a data do balanço.

d. Passivos circulantes e não circulantes

- **Demais passivos circulantes e não circulantes** - são demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços;
- **Provisões** - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado onde é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

e. Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para o imposto de Renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre os lucros que excederem R$ 240 no ano. A provisão para Contribuição Social está sendo calculada à alíquota de 15%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

f. Ativos, passivos contingentes e outras obrigações

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Técnicos, aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do Banco Central do Brasil:

- **Contingências ativas** - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- **Contingências passivas** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação; e
- **Obrigações legais** - ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações fiscais e tributárias, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

g. Mensuração a valor justo

A metodologia aplicada para mensuração do valor justo em ativos e passivos financeiros, quando aplicável, é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas associações de classe, o valor das quotas de fundos de investimento divulgados pelos seus administradores, bolsa de valores e bolsa de mercadorias e de futuros, aplicáveis para a data base de balanço. Assim quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

h. Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor justo de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação e amortização dos itens do ativo imobilizado e intangível; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito e dos passivos contingentes e (iv) expectativa de realização do crédito tributário. Os valores de eventual liquidação desses ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

i. Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para sua emissão, compostos por:

- **Eventos que originam ajustes**: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base de autorização para sua emissão;
- **Eventos que não originam ajustes**: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e por aplicações em títulos de renda fixa, cujo vencimento das operações na data de efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo que são utilizados pela Sociedade para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

	30/06/2022	31/12/2021
Disponibilidades	**424**	**23**
Depósitos Bancários	9	7
Reserva livres – SPB Bacen	415	16
Total de caixa e equivalente caixa	**424**	**23**

5. Títulos e valores mobiliários

a. Descrição dos procedimentos de classificação e avaliação

Os títulos estão classificados em sua totalidade como "Títulos para negociação".

b. Composição

		30/06/2022		31/12/2021	
	Vencimento	Valor do custo	Saldo contábil	Valor do custo	Saldo contábil
Circulante					
Carteira própria		**1.224**	**1.220**		
Letras Financeiras do Tesouro	De 01/03/2024 a 01/03/2027	959	955	5.485	5.524
Cotas de fundos de investimento (a)	Sem Vencimento	265	265	267	267
Vinculados a garantia		344	343	-	-
Letras Financeiras do Tesouro	De 01/03/2024 a 01/03/2027	344	343	-	-

Total	**1.568**	**1.563**	**5.752**	**5.791**

Embora as Letras Financeiras do Tesouro (LFT) tenham vencimento superior a 360 dias, elas foram classificadas no ativo circulante por serem frequentemente negociadas.

O valor de mercado dos títulos públicos foi apurado com base no preço médio de negociação divulgado pela ANBIMA no último dia útil do exercício.

Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

A Sociedade investe no Planner Max Fundo de Investimento Multimercado – Crédito Privado Investimento no Exterior, cujo objetivo é proporcionar rentabilidade aos cotistas por meio de aplicações de no mínimo 67% de seus recursos no exterior. As cotas do fundo investido foram atualizadas pelo respectivo valor justo da cota, no último dia útil do exercício. E, estão custodiadas no Administrador do fundo integrante da carteira.

6. Operação de crédito

Em 30 de junho de 2022 as operações de crédito estavam classificadas como nível de risco C, que estão compostas como demonstrado a seguir:

	30/06/2022	31/12/2021
Empréstimo	163	-
Provisão para operação de crédito - PDD	(5)	-
	158	-

7. Depósitos

	30/06/2022	31/12/2021
Circulante		
Recurso disponível de clientes	202	4.003
	202	**4.003**

8. Patrimônio líquido

8.1. Capital social

O capital social de R$ 1.100 está representado por 1.100.000 ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente integralizada na data do balanço, por acionistas domiciliados no país.

8.2. Reservas

Em 30 de junho de 2022 as reservas são compostas por: Reserva Legal no montante de R$ 40 (R$ 30 em 30 de junho de 2021); e o saldo de Reservas Especiais de Lucros no montante de R$ 382 (R$ 239 em 30 de junho de 2021).

8.3. Dividendos

No semestre encerrado em 30 de junho de 2022 e 2021 não foram pagos dividendos aos acionistas.

9. Receita de prestação de serviços

	30/06/2022	30/06/2021
Rendas com Taxa de abertura de crédito (T.A.C)	703	401
Comissões por indicação de clientes	71	34
	774	**435**

10. Outras despesas administrativas

	30/06/2022	30/06/2021
Despesas com processamento de dados	(108)	-
Despesas com publicação	(7)	-
Despesas com relações públicas	(2)	-
Serviços Bancários	(1)	(29)
Despesas de seguros	(9)	(8)
Assessoria técnica **(a)**	(124)	(235)
Comissões	(291)	-
Despesas com serviços técnicos especializados	(25)	(20)
Outras despesas administrativas	(11)	(7)
	(578)	**(299)**

11. Despesas tributárias

	30/06/2022	30/06/2021
Despesas com ISS	(39)	(22)
Despesas com COFINS	(36)	(19)
Despesas com PIS	(6)	(3)
	(81)	**(44)**

12. Demandas judiciais

No decorrer de suas atividades operacionais, a Sociedade está exposta a riscos tributários, trabalhistas e previdenciários.
Em 30 de junho de 2022 e 2021, a Sociedade não estava envolvida em nenhum processo com risco classificado entre provável e possível dos quais houvesse a necessidade de registro contábil ou divulgação em nota explicativa, respectivamente, em observâncias as práticas contábeis aplicáveis.

13. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas estão representadas por:

a. Partes relacionadas

Em 30 de junho de 2022, as partes relacionadas da Sociedade são:

- Planner Corretora de Valores S.A.
- Planner Holding Financeira S.A.
- Planner Serviços Corporativos Ltda.

As transações em aberto com a parte relacionada "Planner Serviços Corporativos Ltda." lançadas no ativo circulante em "Outros Créditos – Diversos" no montante R$ 22 no semestre findo em 30 de junho de 2022 (R$ 22 em 31 de dezembro de 2021).

As transações em aberto com a parte relacionada "Planner Corretora de Valores S.A." lançadas no ativo circulante em "Outros Créditos – Diversos" no montante R$ 12 no semestre findo em 30 de junho de 2022 (R$ 0 em 31 de dezembro de 2021).

No decorrer do semestre findo em junho de 2022 e exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, foram realizadas Cessões de Direitos Creditórios para o Singularity Fundo de Investimento Multimercado administrado por empresa do mesmo grupo econômico.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Não ocorreram remunerações às pessoas chave da Administração durante os semestres encerrados em 30 de junho de 2022 e 2021.

14. Imposto de Renda e Contribuição Social

	30/06/2022		30/06/2021	
Apuração de IR/CS	**IRPJ**	**CSLL**	**IRPJ**	**CSLL**
Resultado antes da tributação sobre o lucro	232	232	71	71
Base de cálculo	**232**	**232**	**71**	**71**
Adições/(exclusões):				
Desvalorização de títulos livres	25	25	76	76
Despesas indedutíveis	2	2	-	-
Ajuste de marcação a mercado	(44)	(44)	-	-
Reversão de provisão para devedores duvidosos			-	-
Lucro real	**215**	**215**	**147**	**147**
(-) Compensação de prejuízo fiscal	**-**	**-**	**-**	**-**
	215	**215**	**147**	**147**
Encargos de 15% IRPJ + 10% de adicional de IR	(42)	-	(25)	-
Encargos de 15% CS + 5% Adicional	-	(32)	-	(22)
Total de IRPJ e CSLL	**(42)**	**(32)**	**(25)**	**(22)**

15. Limites operacionais

A Sociedade, em conjunto com sua controladora (Planner Corretora de Valores S.A.), adota o critério de patrimônio líquido consolidado para atendimento aos limites operacionais e requerimentos de capital. O Índice calculado para o semestre encerrado em 30 de junho de 2022 é de 12,12% (-2,17% em 31 de dezembro de 2021).

16. Gerenciamento da estrutura de capital

O relatório com a descrição da estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos e gerenciamento contínuo de capital está disponível no endereço https://www.planner.com.br/compliance, no site da Planner Corretora de Valores S.A.

Visando o atendimento à Resolução nº 4.557 de 23 de fevereiro de 2017 do Conselho Monetário Nacional, a Sociedade, adotou uma política de gerenciamento de capital que constitui um conjunto de princípios,

procedimentos e instrumentos que asseguram a adequação de capital da instituição de forma tempestiva, abrangente e compatível com os riscos incorridos pela instituição de acordo com a natureza e complexidade dos produtos e serviços oferecidos a seus clientes.

Risco operacional

Foram desenvolvidas ações visando à implementação de estrutura de gerenciamento de risco operacional, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017, que alcançam o modelo de gestão, o conceito, as categorias e política de risco operacional, os procedimentos de documentação e armazenamento de informações, os relatórios de gerenciamento do risco operacional e o processo de *disclosure*.

Risco de mercado

O gerenciamento de risco de mercado é efetuado pela área de Gestão de Riscos, que mantém independência com relação à mesa de operações. A Instituição se encontra apta a atender as exigências da Resolução CMN nº 4.557/2017 que trata da estrutura de gerenciamento do risco de mercado, nos prazos estabelecidos.

Risco de Liquidez

Visando o atendimento a Resolução CMN nº 4.557/2017, a Sociedade adotou a política de gerenciamento de liquidez que tem como principal objetivo garantir a capacidade de pagamento do grupo, onde são monitorados eventuais descasamentos entre ativos e passivos, objetivando avaliar a capacidade financeira da instituição em obter recursos para honrar seus compromissos.

Para maiores informações consultar a política de gerenciamento de liquidez disponível no site da organização.

17. Outros assuntos

Efeitos do Coronavírus nas demonstrações financeiras

Com relação aos impactos da pandemia, não ocorreram alterações relevantes no semestre encerrado em 30 de junho de 2022, nas operações que afetam as demonstrações financeiras, considerando que, com as indefinições na economia decorrentes do COVID-19 ocasionarem postergação na realização de alguns novos negócios, porém, mantivemos um nível de operação dentro da normalidade, e ainda, conseguimos evoluir na contratação de novas operações.

Por fim, até o presente momento não utilizamos nenhum benefício disponibilizado pelo Governo, sendo oportuno ressaltar que em relação a

possibilidade legal de prorrogação de impostos, optamos pelo pagamento na data de vencimento original.

18. Eventos subsequentes

Em 5 de setembro de 2022 foi emitido o ofício 20631/2022-BCB/Deorf/GTSP3, comunicando o diferimento *conforme deliberado na Assembleia Geral Extraordinária de* 25 de abril de 2022, *rerratificada em 20 de junho e 4 de agosto de 2022:*

a) Mudança de objeto social para sociedade de créditos direto;
b) Mudança de denominação social para Planner Sociedade Crédito Direto S.A;
c) Reforma Estatutária.

Com relação à emissão de moeda eletrônica e de instrumento de pagamento pós-pago, referidos serviços somente poderão ser prestados pela sociedade após os devidos aportes de capital, no valor mínimo de R$ 4 milhões, sendo exigidos R$ 2 milhões para cada uma das modalidades, nos termos da regulamentação em vigor, devendo ser promovidas as pertinentes alterações estatutárias. O processo de aumento de capital iniciou-se em 27 de setembro de 2022, quando foi aportada a quantia de R$ 4.000, aguardando aprovação do Banco Central do Brasil.

A DIRETORIA	**Reinaldo Dantas** Contador CRC 1 SP 110330/O-6